

## 1. Contexto operacional

A Plascar Participações Industriais S.A. (“Plascar S.A.” ou “Companhia”), com sede na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital aberto, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA (PLAS3). A atividade da Companhia está representada pela participação como sócia majoritária da controlada Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda. (“Plascar Ltda.” e conjuntamente denominada “Grupo”), que atua no setor automotivo e tem como atividade operacional a industrialização e comercialização de peças e partes relacionadas com o acabamento interno e externo de veículos automotores.

A Plascar Ltda. possui plantas industriais, localizadas nas cidades de Jundiaí/SP, Varginha/MG e Betim/MG.

As plantas atuam principalmente no setor automotivo, com foco no atendimento a montadoras de veículos, fornecendo para-choques, painéis de instrumentos, difusores de ar, porta copos, laterais de porta, porta pacotes e outros componentes menores. A produção de produtos não automotivos, com foco na injeção e montagem de carrinhos de supermercado, caixas multiuso, pallets e móveis ecológicos, representa menos de 10% do total de ativos, receita líquida e lucro líquido consolidados no Grupo.

O controle acionário da Permal do Brasil Indústria e Comércio Ltda., que atualmente detém 46,09% do capital social da Companhia, pertence a *joint venture* fundada em 2005 entre WL Ross & Co. LLC (75,7%) e Franklin Mutual Advisers LLC (24,3%), com sede em Delaware, Estados Unidos.

### *Situação Financeira*

A desaceleração na produção de veículos em 2016 foi em torno de 11,2% (conforme dados da ANFAVEA) em relação a 2015. A receita líquida do Grupo no exercício de 2016 apresentou uma queda de 27% quando comparado com o ano anterior.

O Grupo foi nomeado em novos projetos para fabricação de peças injetadas para veículos junto a seus atuais clientes, bem como naquelas montadoras que estão se estabelecendo no Brasil, além de novos negócios não ligados ao setor automotivo, dos quais alguns ainda se encontram em fase de desenvolvimento, e outros já tiveram sua produção iniciada.

O Grupo continua tomando medidas para reduzir seus custos internos operacionais e melhorar a margem, promovendo, também, negociações constantes de preços junto aos clientes para repasses dos aumentos de custos (mão-de obra, matéria prima etc), tudo de acordo com o processo de reestruturação do Grupo, que também culminou com o fechamento das unidades industriais de Pindamonhangaba/SP e Campinas/SP e alienação das operações na Argentina, corte de benefícios e redução no número de colaboradores (cerca de mil colaboradores entre 2015 e 2016).

Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo apresenta excesso de passivos circulantes sobre os ativos circulantes no montante de R\$ 631.205 mil. Essa situação, entre outras descritas abaixo, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional.

O Grupo possui tecnicamente contratos bancários vencidos e, em 2016, possui saldo de empréstimos com vencimentos originais de longo prazo apresentados no curto prazo no montante de R\$ 135.456 (nota 4.1c), em razão do não cumprimento de cláusulas restritivas (“*covenants*”). Para esses contratos vencidos, o Grupo vem negociando diretamente com cada um dos bancos, buscando a melhor forma de equacionar os valores em aberto, no que vem tendo êxito.

Diante das negociações em andamento e do claro esforço do Grupo para renegociar cada um desses contratos até o momento nenhum banco executou a dívida vencida. Não há, por parte do Grupo, expectativa de que ocorra qualquer execução, o que levaria o Grupo a enfrentar dificuldade relevante para continuidade normal de seus negócios.

O Grupo vem conduzindo os trabalhos relacionados à busca de um novo investidor privado, com posterior aumento de capital. O Grupo estuda ainda outras alternativas para continuar o processo de

saneamento da posição financeira e aumento das fontes de caixa como o contínuo aumento de suas operações em indústrias que apresentam maiores margens.

Apesar da forte desaceleração na produção de veículos em 2016 em torno de 11%, a administração do Grupo revisou as projeções considerando os novos projetos para fabricação de peças injetadas e estima uma recuperação no volume de vendas em torno de 26% em 2017 se comparado com 2016.

Segundo dados oficiais da ANFAVEA, a produção de veículos em 2017 aponta para um aumento de 11,9%.

Adicionalmente, o Grupo estuda formas de viabilizar o parcelamento de seus débitos tributários vencidos (Nota 23).

O Grupo celebrou contratos de empréstimos com a Fiat, a título de adiantamento em função da forte retração do mercado atual e escassez de crédito. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo destes adiantamentos é de R\$ 56.933 (Nota 15).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Fiscal, em 14 de fevereiro de 2017.

## **2. Resumo das principais políticas contábeis**

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### **2.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS/CPC.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo.

#### **(a) Demonstrações financeiras individuais**

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

#### **(b) Demonstrações financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro

(*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

## **2.2 Consolidação**

O Grupo consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

### **(a) Controladas**

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as demonstrações financeiras da Plascar Participações Industriais S.A a qual possui participação de 99,89% em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

### **(b) Transações com participações de não controladores**

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Participação de não controladores".

### **(c) Perda de controle em controladas**

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

## **2.3 Apresentação de informações por segmentos**

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo. O Grupo concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

## **2.4 Conversão de moeda estrangeira**

### **a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional do Grupo e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

### **b) Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

## **2.5 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

## **2.6 Ativos financeiros**

### **2.6.1 Classificação**

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria: empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

### **2.6.2 Reconhecimento e mensuração**

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

### **2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser

contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

#### **2.6.4 Impairment de ativos financeiros**

##### **(a) Ativos mensurados ao custo amortizado**

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

#### **2.7 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge**

O Grupo não faz uso de instrumentos financeiros derivativos.

#### **2.8 Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD” ou *impairment*).

#### **2.9 Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo ou valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é a média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados, dos produtos em elaboração e ferramentais compreende os custos do projeto, matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos necessários para efetuar a venda.

#### **2.10 Imobilizado**

O imobilizado considera como base de valor e foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS e CPC. Os demais itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente

atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada utilizando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<b>Anos</b>
Edificações	25 a 50
Máquinas	8 a 25
Moldes	11 a 15
Móveis e utensílios	10 a 15
Veículos	5 a 6
Equipamentos de informática	5 a 6

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior que seu valor recuperável estimado (Nota 2.11).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

## **2.11 Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto ágio, que tenham sido ajustados por *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

## **2.12 Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

## **2.13 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é

reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construções ou produção de um ativo qualificável, que é ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

## **2.14 Provisões**

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

## **2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço e limitado a 30% do saldo do passivo quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

## **2.16 Benefícios a empregados**

### **(a) Obrigações de aposentadoria**

Nos termos da Resolução CMPC nº 11, de 13 de maio de 2013, o Grupo solicitou o encerramento do Patrocínio do Plano de Aposentadoria PlascarPrev em 23 de dezembro de 2014, sendo que esta solicitação foi aprovada pela PREVIC – Superintendência de Previdência Complementar em 22 de junho de 2015. A efetiva liquidação do Plano deu-se em 1º de outubro de 2015.

### **(b) Participação nos lucros**

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas do Grupo após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

## **2.17 Capital social**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

## **2.18 Reconhecimento de receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida, dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos fluirão para o Grupo e suas controladas e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir.

### **(a) Venda de produtos**

O Grupo fabrica e vende peças e partes relacionadas com o acabamento interno e externo de veículos automotores. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que uma empresa do Grupo efetua a entrega dos produtos para o comprador. O Grupo e suas controladas avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

### **(b) Venda de ferramentais**

O Grupo desenvolve e vende ferramental para injeção de peças plásticas de acordo com especificação técnica do pedido e modelo do veículo conforme projeto da montadora e no decorrer do desenvolvimento, ocorrem adiantamentos por parte das montadoras para suportar os recursos dispendidos. Usualmente o desenvolvimento e venda de ferramental está atrelada ao fornecimento de



peças. As vendas dos ferramentais são reconhecidas no momento em que o projeto esteja em produção e aprovado pela montadora. A montadora por sua vez, emite um contrato de comodato autorizando a utilização do ferramental, uma vez que trata-se de um bem de sua propriedade.

### **(c) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência usando o método da taxa efetiva de juros.

### **2.19 Arrendamentos**

O Grupo arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais o Grupo detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas no passivo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

### **2.20 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, o Grupo concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

### **2.21 Resultado por ação**

O Grupo efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

Em AGE realizada em 15 de setembro de 2015 foi aprovado grupamento de ações na proporção de 50 ações para 1.

### **2.22 Normas novas que ainda não estão em vigor**

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- . IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção, porém acredita não haver impactos significativos.

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do *hedge*, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de *hedge* seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção, porém acreditamos não ser aplicável para o Grupo uma vez que não possui instrumentos de *hedge*.
- IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil” – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendamentos ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção e conforme mencionado na nota 16a, o Grupo possui contratos de arrendamento mercantil operacional (transação *Sale & Leaseback*) firmados em 2011 com suas unidades industriais.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

### **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

#### **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas**

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

##### **(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos**

O Grupo está sujeito ao imposto sobre a renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses países.

Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. O Grupo também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

##### **(b) Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação de impairment, os ativos são agrupados nos níveis

mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)) como demonstrado na Nota 12.

#### 4. Gestão de risco financeiro

##### 4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo.

##### (a) Risco de mercado

##### (i) Risco cambial

O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais, ativos e passivos.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Grupo apresenta ativos e passivos em moeda estrangeira decorrentes de operações de importação, exportação e mútuo com partes relacionadas, nos montantes demonstrados abaixo:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Contas a receber (Nota 6)	5.375	10.881
Contas a receber - partes relacionadas (Nota 10)	-	277
Fornecedores	(2.766)	(980)
Exposição líquida	<u>2.609</u>	<u>10.178</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Grupo não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de taxa de câmbio.

##### (ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O Grupo não tem ativos significativos em que incidam juros.

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos às taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem o Grupo ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro do Grupo antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	<b>Impacto no resultado do período (1)</b>		
	<b>Cenário I</b>	<b>Cenário II</b>	<b>Cenário III</b>
<b>Passivo financeiro</b>	<b>Provável</b>	<b>+25%</b>	<b>+50%</b>
CDI	11,59%	14,49%	17,39%
Empréstimos e financiamentos	(26.079)	(29.440)	(32.729)

- (1) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento dos contratos, o que for menor.

Na análise de sensibilidade, a taxa de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida e o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida em 31 de dezembro de 2016.

**(b) Risco de crédito**

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes de equipamentos originais (“OEM”) e reposição/concessionárias (“DSH”), incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades de primeira linha. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A possibilidade de o Grupo e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com seus clientes OEM é reduzida em função do perfil desses clientes (montadoras de veículos e outras empresas de atuação mundial). Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Grupo não possui saldos significativos a receber de clientes da categoria DSH.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

**(c) Risco de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, quando houver, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Tesouraria do Grupo. A Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, o Grupo mantinha fundos de curto prazo de R\$ 87 (2015 - R\$ 11) que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados e representa os fluxos esperados de desembolso efetivo, desconsiderando eventuais exigências dos bancos pelos vencimentos antecipados. Como descrito na Nota 1, a Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2016, Capital Circulante Líquido Negativo no montante de R\$ 631.205. As medidas para o equacionamento da sua situação financeira atual também estão descritas nessa nota.

	<b>Consolidado</b>				
	<b>Até três meses</b>	<b>De quatro a 12 meses</b>	<b>Entre um e cinco anos</b>	<b>Acima de cinco anos</b>	<b>Total</b>
Em 31 de dezembro de 2016					
Empréstimos e financiamentos	49.624	148.806	112.712	22.744	333.886
Fornecedores	33.172	2.691	2.823	-	38.686
Passivos com partes relacionadas	2.380	-	-	-	2.380
Outros passivos	39.770	1.261	4.820	185	46.036
	<u>124.946</u>	<u>152.758</u>	<u>120.355</u>	<u>22.929</u>	<u>420.988</u>
	<b>Até três meses</b>	<b>De quatro a 12 meses</b>	<b>Entre um e cinco anos</b>	<b>Acima de cinco anos</b>	<b>Total</b>
Em 31 de dezembro de 2015					
Empréstimos e financiamentos	21.725	65.173	208.924	27.463	323.285
Fornecedores	49.630	10			49.640
Passivos com partes relacionadas	2.240				2.240
Outros passivos	9.424	1.475	958		11.857
	<u>83.019</u>	<u>66.658</u>	<u>209.882</u>	<u>27.463</u>	<u>387.022</u>

## 4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Total dos empréstimos (Nota 13)	333.886	323.285
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(459)	(315)
Dívida líquida	<u>333.427</u>	<u>322.970</u>
Total do patrimônio líquido	<u>(185.299)</u>	<u>66.813</u>
Total do capital	<u>148.128</u>	<u>389.783</u>
Índice de alavancagem financeira - %	225	83

O capital não é administrado ao nível da Controladora, somente ao nível consolidado.

## 4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. Presentemente o Grupo não possui passivos registrados a valor justo. Entretanto, abaixo estão os comparativos dos ativos financeiros registrados ao custo amortizado e seu respectivo valor justo:

	<b>2016</b>		<b>2015</b>	
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)				
Capital de giro – moeda nacional	232.637	228.329	216.591	218.003
“Leasing”	22	22	110	107
Finame	<u>101.227</u>	<u>101.227</u>	<u>106.584</u>	<u>106.583</u>
	<u>333.886</u>	<u>329.578</u>	<u>323.285</u>	<u>324.693</u>

## 5 Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros consolidados do Grupo por categoria em cada uma das datas apresentadas:

### (a) Empréstimos e recebíveis

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	459	315
Contas a receber de clientes	25.545	37.465
Contas a receber da venda de imóveis	3.834	3.758
Partes relacionadas	-	277
Depósitos judiciais	4.160	4.177
Outros ativos	<u>4.735</u>	<u>3.329</u>
	<u>38.733</u>	<u>49.321</u>

### (b) Outros passivos financeiros

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores	38.686	49.640
Empréstimos	333.886	323.285
Partes relacionadas	2.380	2.240
Outros passivos	<u>46.036</u>	<u>11.857</u>
	<u>420.988</u>	<u>387.022</u>

## Controladora

O caixa e equivalentes de caixa são classificados como "Empréstimos e recebíveis"; as contas a pagar para partes relacionadas são classificadas como "Outros passivos financeiros".

## 6 Contas a receber de clientes

	<u>2016</u>	<u>Consolidado</u> <u>2015</u>
Terceiros no País	24.405	29.565
Terceiros no exterior (Nota 4.1)	5.375	10.881
Contas a receber de ferramental no País	6.782	492
Provisão para <i>impairment</i> - créditos duvidosos	<u>(11.017)</u>	<u>(3.473)</u>
	<u>25.545</u>	<u>37.465</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo inicial	(3.473)	(3.473)
(Aumento) diminuição da provisão (Nota 21)	<u>(7.544)</u>	
Saldo final	<u>(11.017)</u>	<u>(3.473)</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a abertura das contas a receber por idade de vencimento, era como segue:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
A vencer	15.920	25.812
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	4.301	5.362
De 31 a 60 dias	615	380
De 61 a 90 dias	4.539	100
Há mais de 90 dias	11.187	9.284
	<b>20.642</b>	<b>15.126</b>
Total	<b>36.562</b>	<b>40.938</b>

A política do Grupo para provisão para créditos duvidosos contempla o saldo vencido há mais de 90 dias.

## 7 Estoques

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Produtos acabados	5.589	6.012
Produtos em elaboração	9.811	12.449
Matérias-primas	15.327	20.674
Importação em andamento	4.074	3.515
Materiais de manutenção e auxiliares	2.026	1.976
Ferramentas e moldes em desenvolvimento destinados à venda	18.213	17.139
Adiantamentos a fornecedores	4.417	887
Provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência	(7.363)	(6.264)
	<b>52.094</b>	<b>56.388</b>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a movimentação da provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência foi como segue:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Saldo inicial	(6.264)	(3.427)
Reversão da provisão	3.502	1.920
Aumento da provisão	(4.601)	(4.757)
(Aumento) Redução líquida (Nota 21)	(1.099)	(2.837)
Saldo final	<b>(7.363)</b>	<b>(6.264)</b>

## 8 Tributos a recuperar

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
ICMS sobre ativo imobilizado – CIAP	1.480	3.577
Processo FUNRURAL	2.237	2.237
Outros	<u>968</u>	<u>2.104</u>
	4.685	7.918
Circulante	<u>(1.859)</u>	<u>(4.211)</u>
Não circulante	<u>2.826</u>	<u>3.707</u>

## 9 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

### a) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (1)	3.198	7.354
Provisão para demandas judiciais e outras diferenças temporárias		
	<u>3.198</u>	<u>7.354</u>
Passivo:		
Imobilizado - custo atribuído (2)	(1.132)	(1.843)
Depreciação – revisão da vida útil – econômica (3)	<u>(9.528)</u>	<u>(5.511)</u>
	<u>(10.660)</u>	<u>(7.354)</u>
Líquido	<u>(7.462)</u>	<u></u>

- (1) A Plascar S.A., controladora da Plascar Ltda., possui saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de R\$ 52.177 e R\$ 63.179, respectivamente (R\$ 50.992 e R\$ 61.994 em 31 de dezembro de 2015, respectivamente), sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos ativos por não haver perspectiva de realização através de lucros tributáveis futuros. A Plascar Ltda, possui saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de R\$ 599.747 e R\$ 595.245, respectivamente (R\$ 359.216 e 354.732 em 31 de dezembro de 2015, respectivamente) sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos ativos na sua totalidade, conforme determina a Instrução CVM 371.

Os tributos diferidos ativos no valor de R\$ 3.198 registrado em 2016 refere-se ao percentual de 30% sobre o montante de R\$ 10.660 que corresponde aos tributos diferidos calculados sobre custo atribuído do ativo imobilizado e diferença de depreciação – revisão da vida útil – econômica.



- (2) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da contabilização do seu valor justo na adoção inicial do CPC 27 (IAS 16).
- (3) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre a diferença de depreciação do ativo imobilizado gerado após revisão da vida útil – econômica dos bens. Até 31 de dezembro de 2010, o Grupo, conforme permitido pela legislação tributária, considerou também para fins fiscais a depreciação calculada com base nas novas vidas útil-econômicas dos bens. A partir de setembro de 2011, o Grupo passou a utilizar para fins fiscais a depreciação calculada com base na vida útil permitida pela legislação fiscal e, conseqüentemente, reconheceu os correspondentes efeitos tributários diferidos.

b) Conciliação da receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(244.650)	(135.208)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	83.181	45.971
Ajustes para demonstração de taxa efetiva:		
Efeito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa do exercício não reconhecido (1)	(90.643)	(121.730)
Outras diferenças permanentes		12.402
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(7.462)</u>	<u>(63.357)</u>

- (1) Efeito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Plascar S.A., o qual não é registrado em função de não haver expectativa de lucros tributáveis futuros e os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, não registrados no período.

c) Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos

	<b>Consolidado</b>		
	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Líquido</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>7.354</u>	<u>(7.354)</u>	
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação e baixa desses ativos		711	711
Reversão tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa contribuição social pela falta de expectativa de realização.	(4.156)		(4.156)
Tributos diferidos sobre diferença de depreciação		(4.017)	(4.017)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>3.198</u>	<u>(10.660)</u>	<u>(7.462)</u>

## 10 Partes relacionadas

### a) Remuneração aos Administradores

A remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é composta de remuneração fixa aprovada em Assembleia Geral, paga mensalmente.

A remuneração dos principais executivos e administradores do Grupo e de suas controladas são compostos de remuneração fixa, variável com base em metas estabelecidas e benefícios complementares.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o total de remuneração dos Administradores foi como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Remuneração fixa anual (1)	(7.641)	(7.394)
Remuneração variável (2)	<u>(1.663)</u>	<u>(3.023)</u>
Honorários da administração (Nota 21)	<u>(9.304)</u>	<u>(10.417)</u>

(1) Refere-se a salários e honorários da administração, férias, 13º salário, previdência privada e encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros).

(2) Refere-se à participação nos resultados e bônus.

## b) Empresas ligadas

O Grupo realiza operações mercantis e transações de mútuo com suas controladas e outras partes relacionadas, de acordo com os critérios definidos abaixo:

As transações mercantis realizadas entre o Grupo e suas controladas referem-se à compra e venda de insumos e peças, para complemento dos produtos vendidos a montadoras por partes relacionadas do Grupo. Tais operações mercantis ocorrem mediante regular tomada de preços, sendo que as cotações, condições e prazos de pagamento são semelhantes aos praticados com terceiros em prazo não superior a 90 dias, sem atribuição de juros ou encargos.

Historicamente, os saldos (contas a receber) de referidas operações mercantis têm sido pontualmente liquidados de acordo com as datas fixadas nas respectivas ordens de compra, mediante fechamento de contratos de câmbio. Consequentemente, não foi contabilizada, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, qualquer perda por redução ao valor recuperável das contas a receber relacionada com os valores devidos por partes relacionadas.

O Grupo e suas controladas celebram contratos de mútuo com partes relacionadas, a fim de que necessidades de caixa sejam supridas imediatamente, com a dispensa de processos de aprovação exigidos por instituições financeiras. Tais contratações estão condicionadas à disponibilidade de recursos e ao não comprometimento do fluxo de caixa da mutuante. Referidos contratos de mútuo são firmados de acordo com taxas acordadas entre as partes.

Seguem os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo circulante		
Contas a receber:		
IAC Madsnvl – USA	<u>-</u>	<u>277</u>
	<u>-</u>	<u>277</u>
	<u>Controladora</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Passivo circulante		
Contrato de mútuo:		
Permali do Brasil Ind. e Com. Ltda.	2.380	2.240
Plascar Ltda.	<u>7.581</u>	<u>6.375</u>
	<u>7.581</u>	<u>6.375</u>
	<u>2.380</u>	<u>2.240</u>

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Resultado</b>		
Receita de vendas		
IAC Madsnvil – USA	-	366
	-	366

As contas a receber referem-se às vendas de produtos, denominados em moedas estrangeiras, sobre as quais não incidem remuneração.

O contrato de mútuo entre o Grupo (mutuante) e a Plascar Ltda. (mutuaria) não está sujeito, excepcionalmente, a encargos financeiros, em função de o Grupo ser detentor direto de 99,89% do capital social da Plascar Ltda. Trata-se do único contrato de mútuo em que a mutuante é sociedade não operacional e detentora de participação direta de aproximadamente 100% do capital social da mutuaria, circunstância que justificava a não incidência de juros. Esse contrato foi firmado, em 31 de maio de 2000, para adequação do fluxo de caixa da Plascar Ltda, com vencimento indeterminado.

O contrato de mútuo entre a Permali do Brasil Indústria e Comércio Ltda. (mutuante) e a Plascar Ltda. (mutuaria) está sujeito à incidência de juros mensais de 1,0% e tem vencimento indeterminado. Referido contrato foi celebrado em 31 de março de 2009 para adequação do fluxo de caixa da Plascar Ltda.

## 11 Investimentos

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Em controlada:		
Plascar Ltda.	-	73.118
	-	73.118

A movimentação dos investimentos está demonstrada abaixo:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Em 31 de dezembro	73.118	265.077
Participação nos prejuízos de controladas	(250.652)	(197.117)
Resultado plano de pensão (CPC 33)		5.158
Em 31 de dezembro de 2016 (Passivo a descoberto)	(177.534)	73.118

As informações relevantes referentes à Plascar Ltda., estão apresentadas a seguir:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Capital social	389.082	389.082
Quotas totais	389.082.159	389.082.159
Quotas possuídas	388.654.169	388.654.169
Participação	99,89%	99,89%
Patrimônio líquido da controlada (Passivo a descoberto)	(177.729)	73.199
Investimento registrado na Plascar S.A.	(177.534)	73.118
Prejuízo do exercício	(250.928)	(197.335)
Resultado da equivalência patrimonial	(250.652)	(197.117)

## 12 Imobilizado

### a) Composição

	Taxa anual de depreciação %	Consolidado			
		Custo	Depreciação	2016 Líquido	2015 Líquido
Edificações	2 a 4	8.630	(925)	7.705	8.215
Máquinas e equipamentos	4 a 13,79 (1)	829.835	(421.207)	408.628	441.226
Moldes	6 a 9	49.350	(42.225)	7.125	11.297
Móveis e utensílios	6 a 10	13.259	(10.356)	2.903	3.525
Veículos	18,57 a 20	4.604	(3.606)	998	1.337
Equipamentos de computação	15 a 16,81	6.263	(5.864)	399	487
Terrenos		-	-	-	-
Peças e materiais de reposição		3.968	-	3.968	3.736
Obras em andamento		-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores		45.048	-	45.048	45.715
		960.957	(484.183)	476.774	515.538

(1) Taxa média ponderada de 5,82%.

Os adiantamentos a fornecedores referem-se, substancialmente à aquisição de máquinas e equipamentos para ampliação das unidades fabris do Grupo. Do montante registrado em 31 de dezembro de 2016, R\$ 35.453 (2015 – R\$ 35.714) refere-se à compra de equipamentos, ainda em construção, financiadas pelo programa FINAME (vide Nota 13).

O montante de R\$ 41.416 (2015 - R\$ 42.944) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em "Custo das vendas", R\$ 399 (2015 - R\$ 588) em "Despesas com vendas" e R\$ 389 (2015 - R\$ 422) em "Despesas administrativas".

### b) Movimentação do custo

	Consolidado			
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2016			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Edificações	8.573	57	-	8.630
Máquinas e equipamentos	827.224	3.792	(1.181)	829.835
Moldes	49.015	335	-	49.350
Móveis e utensílios	13.348	1	(90)	13.259
Veículos	4.860	94	(350)	4.604
Equipamentos de computação	6.294	50	(81)	6.263
Terrenos	-	-	-	-
Peças e materiais de reposição	3.736	232	-	3.968
Obras em andamento	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	45.715	-	(667)	45.048
	958.765	4.561	(2.369)	960.957

	Consolidado				
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2015				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Saldo final
Edificações	8.474	220	(44)	(77)	8.573
Máquinas e equipamentos	808.875	10.701	(8.823)	16.471	827.224
Moldes	44.636	2.309		2.070	49.015
Móveis e utensílios	17.212	55	(3.937)	18	13.348
Veículos	5.888	266	(1.292)	(2)	4.860
Equipamentos de computação	6.474	125	(352)	47	6.294
Terrenos					
Peças e materiais de reposição	3.688			48	3.736
Obras em andamento	14.117			(14.117)	
Adiantamentos a fornecedores	50.173			(4.458)	45.715
	959.537	13.676	(14.448)	-	958.765

### c) Movimentação da depreciação

	Consolidado				
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2016				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Edificações	(358)	(257)	-	(310)	(925)
Máquinas e equipamentos	(385.998)	(36.349)	913	227	(421.207)
Moldes	(37.718)	(4.507)	-	-	(42.225)
Móveis e utensílios	(9.823)	(620)	87	-	(10.356)
Veículos	(3.523)	(333)	167	83	(3.606)
Equipamentos de computação	(5.807)	(138)	81	-	(5.864)
	(443.227)	(42.204)	1.248	-	(484.183)

	Consolidado				
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2015				
	Saldo inicial	Adições	Baixa	Transferências	Saldo final
Edificações	(430)	(256)	5	323	(358)
Máquinas e equipamentos	(352.941)	(37.736)	4.162	517	(385.998)
Moldes	(32.230)	(4.604)		(884)	(37.718)
Móveis e utensílios	(13.033)	(654)	3.869	(5)	(9.823)
Veículos	(4.091)	(498)	1.040	26	(3.523)
Equipamentos de computação	(5.976)	(206)	352	23	(5.807)
	(408.701)	(43.954)	9.428	-	(443.227)

### d) Custo de empréstimos capitalizados

O valor dos custos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 1.661 (R\$ 3.300 em 31 de dezembro de 2015).

**e) Arrendamentos mercantis financeiros (Leasing)**

Em 31 de dezembro de 2016, a Plascar Ltda. possui 2 contratos de arrendamento mercantil financeiro de máquinas, equipamentos, prédio e veículos.

O valor contábil do imobilizado mantido sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 635 (R\$ 740 em 31 de dezembro de 2015). Os itens sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro são garantidos pelos próprios objetos dos contratos.

**f) Teste para verificação de impairment de ativo não financeiro.**

O Grupo avalia no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis anuais, se há alguma indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos porventura perderam representatividade econômica, considerada relevante. Os testes de impairment preparados pelo Grupo são baseados nos resultados projetados, utilizando-se uma taxa de desconto para trazer esses fluxos de caixa a valor presente. Os períodos projetados levam em conta a vida útil média dos ativos para cada uma das unidades geradoras de caixa. O Grupo avalia seus ativos pelo preço líquido de venda e compara com o valor contábil desses ativos.

O Grupo decidiu contratar uma avaliação independente para levantar o valor de mercado dos principais ativos para cada UGC. O escopo do trabalho compreendeu a Avaliação Patrimonial dos ativos localizados nas unidades de Jundiaí, Betim e Varginha.

	<b>Valor contábil dos ativos</b>	<b>2016 Valor líquido de venda</b>
Jundiaí	215.335	225.208
Betim	153.674	155.858
Varginha	107.486	107.615
Corporativo	279	(*)
Total	<u>476.774</u>	<u>488.681</u>

(\*) valor não avaliado

O valor recuperável é o valor justo líquido de despesas de alienação sendo sua mensuração classificado no nível 2 sendo a descrição da técnica descrita abaixo:

- Os ativos de propriedade do Grupo foram avaliados de acordo com valor de mercado de cada bem, obtido pelo produto entre o valor de reposição e o coeficiente de depreciação, levando-se em consideração a vida útil, idade, vida útil remanescente, valor residual e depreciação, resultando no valor líquido de venda superior ao valor residual contábil dos mesmos, não indicando desta forma, necessidade de impairment.

Como resultado do teste aplicado, nenhum ajuste de *impairment* se fez necessário.

**13 Empréstimos e financiamentos**

<b>Modalidade/finalidade</b>	<b>Encargos financeiros</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Capital de giro – moeda nacional	CDI + juros de 0,32% a 0,90% a.m.	232.637	216.591
“Leasing”	Juros de 1,02% a 1,25% a.m.	22	110
FINAME	Juros de 0,21% a.m. a 0,73% a.m.	<u>101.227</u>	<u>106.584</u>
Total		<u>333.886</u>	<u>323.285</u>

A Plascar Ltda. possui contratos bancários vencidos e, vem negociando diretamente com cada um dos bancos, buscando a melhor forma de equacionar os valores em aberto, no que vem tendo êxito. Diante das negociações em andamento e do claro esforço do Grupo para renegociar cada um desses contratos até o momento nenhum banco executou a dívida vencida. Não há, por parte do Grupo, expectativa de que ocorra qualquer execução.

O Grupo possui tecnicamente contratos bancários vencidos e, em 2016, possui saldo de empréstimos com vencimentos originais de longo prazo apresentados no curto prazo no montante de R\$ 135.456 (nota 4.1c), em razão do não cumprimento de cláusulas restritivas (“covenants”).

Dos empréstimos para capital de giro contratados pela Plascar Ltda., R\$ 93.161 (2015 – R\$ 87.191) são garantidos por máquinas e equipamentos (CAPEX) e os saldos restantes garantidos por recebíveis e avais.

Os financiamentos FINAME são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados. Do montante total registrado em 31 de dezembro de 2016, R\$ 35.453 (2015 – R\$ 35.714) refere-se a contratos para aquisição de injetoras, ainda em construção pelos fornecedores, registrado em contrapartida de adiantamentos a fornecedores, no ativo imobilizado.

Os contratos de “leasing” são garantidos pelos próprios bens objeto dos financiamentos.

#### 14 Salários, férias e encargos sociais a pagar

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Encargos sociais (Nota 23)	52.681	12.877
Indenizações trabalhistas	5.537	-
Provisão férias	11.466	11.202
Plano de participação nos resultados - provisão	11.173	12.829
Outros	99	1.171
	80.956	38.079
Circulante	(76.932)	(38.079)
Não circulante	4.024	-

#### 15 Adiantamentos de clientes

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Fiat Automóveis	58.644	20.829
MAN	10.931	12.602
Scania do Brasil	6.759	231
Volkswagem do Brasil	3.484	94
Calsonic Kansei	3.903	-
Mercedes Benz	624	545
Outros	458	787
	84.803	35.088

O montante de R\$ 56.933 (R\$ 18.841 em 31 de dezembro de 2015) trata-se de contratos de empréstimos a título de adiantamentos celebrados com a Fiat (nota 1), sendo que os demais adiantamentos referem-se a desenvolvimento de ferramentais.

## 16 Compromissos e contingências

### a) Arrendamento mercantil operacional (transação de *Sale & Leaseback*)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Plascar Ltda. realizou transações de Sale & Leaseback dos prédios e terrenos das unidades industriais de Varginha, Jundiaí e Betim. Os contratos de locação dos imóveis são válidos pelo período de 10 anos, podendo ser renovados por um período adicional de 10 anos após manifestação expressa da Plascar Ltda., não existindo opção de compra dos imóveis ao final dos contratos.

### b) Processos judiciais

O Grupo é parte envolvido em processos trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos.

A Administração do Grupo, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas com as ações em curso, como segue:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Trabalhistas	12.799	11.132
	<u>12.799</u>	<u>11.132</u>

A movimentação da provisão para demandas judiciais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi como segue:

	<b>Exercício findo em 31 de dezembro de 2016</b>		
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Adição Pagamentos</b>	<b>Saldo final</b>
Trabalhistas	11.132	5.617 (3.950)	12.799
	<u>11.132</u>	<u>5.617 (3.950)</u>	<u>12.799</u>

  

	<b>Exercício findo em 31 de dezembro de 2015</b>		
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Adição Pagamentos</b>	<b>Saldo Final</b>
Trabalhistas	10.974	9.054 (8.896)	11.132
	<u>10.974</u>	<u>9.054 (8.896)</u>	<u>11.132</u>

#### *Trabalhistas*

A provisão para ações trabalhistas consiste, principalmente, de reclamações de empregados vinculadas a verbas decorrentes da relação de emprego e foi constituída considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável.



## **Perdas possíveis, não provisionadas no balanço**

O Grupo tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Tributárias	6.487	9.561
Trabalhistas	53.838	49.217
	<u>60.325</u>	<u>58.778</u>

### *Tributárias*

Em 31 de dezembro de 2016, a Plascar Ltda. possui 3 processos tributários, avaliados pelos assessores jurídicos como risco de perda possível, no montante de R\$ 6.487 (R\$ 9.561 em 31 de dezembro de 2015), para os quais nenhuma provisão foi constituída.

## **Ativos contingentes**

Atualmente, a Plascar Ltda. figura como parte ativa em dois processos considerados relevantes contra FUNRURAL e ELETROBRAS, cujos montantes envolvidos são de R\$ 8.585 e R\$ 19.249, respectivamente.

- (i) O processo contra ELETROBRÁS, cuja sentença também foi favorável ao Grupo, se encontra em avançado estágio processual, sendo que o Grupo já deu início ao processo de execução provisória da sentença, requerendo o pagamento do valor devido. O caso, atualmente, aguarda manifestação judicial quanto ao início da referida execução pleiteada pelo Grupo.
- (ii) O processo contra o FUNRURAL foi tramitado e julgado na data de 04 de setembro de 2001, sendo o valor liberado no montante de R\$ 2.237, valor este questionado pelo Grupo no que se refere a sua atualização para posterior emissão de ordem de liquidação e recebimento. Este saldo está contabilizado na rubrica de tributos a recuperar (nota 8).

## **17 Patrimônio líquido (passivo a descoberto)**

### **a) Capital social**

O capital autorizado é de 1.000.000.000 de ações, e dentro desse limite, o Conselho de Administração é o órgão competente para deliberar sobre a emissão, seu valor e quantidade de novas ações, bem como fixar as condições de subscrição e integralização das mesmas. Ainda, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, poderá ser outorgada opção de compra de ações aos conselheiros e diretores do Grupo ou de Sociedade sob seu controle.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de setembro de 2015 foi aprovado grupamento de ações na proporção de 50 ações para 1.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital subscrito e integralizado está composto por 4.970.167 ações ordinárias nominativas e escriturais, sem valor nominal.

### **b) Reservas**

- (i) Reserva de capital – Opções e Ações outorgadas reconhecidas

Constituída pelo registro contábil do plano de pagamento baseado em ações.

**c) Remuneração aos acionistas**

De acordo com o Estatuto do Grupo, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma dos artigos 189 e 202 da Lei nº 6.404/76.

**18 Resultado por ação**

O cálculo básico de lucro ou prejuízo por ação é feito através da divisão do lucro ou prejuízo líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro ou prejuízo diluído por ação é calculado através da divisão do lucro ou prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros ou prejuízos básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Numerador:		
Prejuízo líquido do exercício de operações continuadas	(251.836)	(198.348)
Denominados:		
Média ponderada do número de ações	<u>4.970.167</u>	<u>4.970.167</u>
Prejuízo líquido básico e diluído por ação - R\$	<u>(50,67)</u>	<u>(39,91)</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não ocorreram transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias, assim como não ocorreram transações que gerassem efeito de diluição do lucro por ação. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Em AGE realizada em 15 de setembro de 2015 foi aprovado grupamento de ações na proporção de 50 ações para 1.

**19 Plano de pensão**

Salientamos que, nos termos da Resolução CMPC nº 11, de 13 de maio de 2013, a Plascar solicitou o encerramento do Patrocínio do Plano de Aposentadoria PlascarPrev em 23 de dezembro de 2014, sendo que esta solicitação foi aprovada pela PREVIC – Superintendência de Previdência Complementar em 22 de junho de 2015. A efetiva liquidação do Plano deu-se em 1º de outubro de 2015.

O saldo atuarial atualizado e apurado pelo Grupo junto com seus especialistas, antes do encerramento do plano, apresenta um ativo líquido de R\$ 12.092 em 31 de dezembro de 2015 em função da perspectiva de realização do saldo com contribuições futuras do plano. Decorrente dessa atualização, no exercício findo 31 de dezembro de 2015, foi contabilizada um ganho atuarial de R\$ 5.164, a qual foi registrada em contrapartida outros resultados abrangentes.

A conclusão do Processo de Retirada ocorreu no quarto trimestre de 2015, e resultou na baixa de R\$ 11.671, a qual foi registrada em contrapartida Outras despesas operacionais no resultado do exercício.

## 20 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2016	2015
Receita bruta de vendas	453.344	630.630
Impostos incidentes sobre vendas	(97.130)	(135.900)
Devoluções e abatimentos sobre vendas	(4.829)	(13.956)
	<u>351.385</u>	<u>480.774</u>

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS (alíquotas de 7%, 12% e 18%), Imposto sobre produtos industrializados – IPI (alíquotas de 5% e 15%), Programa de integração social – PIS (alíquotas de 1,65% e 2,30%), Contribuição para financiamento seguridade social – COFINS (alíquotas de 7,60% e 10,80%) e Contribuição previdenciária sobre faturamento (alíquota de 1%).

## 21 Custos e despesas por natureza

O Grupo optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	Consolidado	
	2016	2015
Matéria prima, insumos e materiais de uso e consumo	(157.793)	(192.174)
Gastos com pessoal (Nota 25)	(150.892)	(181.198)
Despesas com demissões (1)	(14.287)	-
Fretes sobre vendas	(8.652)	(12.065)
Depreciação e amortização	(42.204)	(43.954)
Energia elétrica, água e telefone	(24.728)	(27.850)
Serviços de terceiros	(11.843)	(13.663)
Honorários da Administração (Nota 10)	(9.304)	(10.417)
Comissões sobre vendas	(248)	(376)
Aluguéis de imóveis	(21.611)	(19.953)
Provisão para créditos duvidosos (Nota 6)	(7.544)	-
Provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência nos estoques (Nota 7)	(1.099)	(2.837)
Outros	(16.289)	(19.882)
	<u>(466.494)</u>	<u>(524.369)</u>
Classificados como		
Custos dos produtos vendidos	(386.884)	(446.634)
Despesas com vendas	(26.939)	(23.230)
Despesas administrativas e gerais	(52.671)	(54.505)
	<u>(466.494)</u>	<u>(524.369)</u>

(1) No ano de 2016 a Plascar desligou aproximadamente 1.000 colaboradores como parte das medidas para redução de custos internos operacionais em função da desaceleração na produção de veículos no período.

## 22 Resultado financeiro

	Consolidado	
	2016	2015
Despesas financeiras		
Juros	(81.075)	(63.869)
Encargos sobre impostos vencidos/parcelados *	(45.109)	(21.243)
Variações cambiais passivas	(4.194)	(2.231)
IOF	(1.423)	(3.280)
Outros	(1.350)	(765)
	(133.151)	(91.388)
Receitas financeiras		
Juros	169	55
Variações monetárias ativas	571	521
Variações cambiais ativas	1.213	6.746
Outros	55	37
	2.008	7.359
Resultado financeiro	(131.143)	(84.029)

\*Encargos sobre impostos vencidos e parcelados de PIS/COFINS e ICMS.

## 23 Obrigações Fiscais e Encargos Sociais

O saldo em aberto de impostos em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 159.709 e R\$ 52.681 de encargos de folha de pagamento, destes, R\$ 151.172 referem-se à vencidos e R\$ 52.984 parcelados.

	Em Aberto	A Vencer	Vencidos	2016	
				Parcelados	
				Circulante	Não Circulante
PIS	16.276	229	14.551	1.496	-
COFINS	76.712	1.041	68.137	7.534	-
ICMS	63.802	756	25.124	11.492	26.430
IPI	2.514	291	1.668	555	-
Outros (ISS IPTU)	405	405	-	-	-
	<b>159.709</b>	<b>2.722</b>	<b>109.480</b>	<b>21.077</b>	<b>26.430</b>
IRRF (Empregados)	7.712	1.972	5.740	-	-
Desoneração Folha	16.583	735	15.848	-	-
INSS (Empresa)	12.600	1.542	11.058	-	-
INSS (Empregados)	10.309	1.263	9.046	-	-
INSS parcelado (Empresa)	3.012	-	-	799	2.213
INSS parcelado (Empregados)	2.465	-	-	654	1.811
(Nota 14)	<b>52.681</b>	<b>5.512</b>	<b>41.692</b>	<b>1.453</b>	<b>4.024</b>
<b>Soma (Empresa)</b>	<b>191.904</b>	<b>4.999</b>	<b>136.386</b>	<b>21.876</b>	<b>28.643</b>
<b>Soma (Empregados)</b>	<b>20.486</b>	<b>3.235</b>	<b>14.786</b>	<b>654</b>	<b>1.811</b>
<b>Total</b>	<b>212.390</b>	<b>8.234</b>	<b>151.172</b>	<b>22.530</b>	<b>30.454</b>

O saldo em aberto de impostos em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 100.629 e R\$ 12.877 de encargos de folha de pagamento, destes, R\$ 53.221 referem-se à vencidos e R\$ 53.352 parcelados

	Em Aberto	A Vencer	Vencidos	2015	
				Parcelados	
				Circulante	Não Circulante
PIS	9.662	196	7.570	570	1.326
COFINS	45.327	885	31.553	5.912	6.977
ICMS	44.258	1.319	4.875	12.041	26.023
IPÍ	1.022	261	258	503	-
Outros (ISS IPTU)	360	360	-	-	-
	<b>100.629</b>	<b>3.021</b>	<b>44.256</b>	<b>19.026</b>	<b>34.326</b>
IRRF (Empregados)	2.619	1.396	1.223	-	-
Desoneração Folha	3.177	895	2.282	-	-
INSS (Empresa)	3.895	892	3.003	-	-
INSS (Empregados)	3.186	729	2.457	-	-
INSS parcelado (Empresa)	-	-	-	-	-
INSS parcelado (Empregados)	-	-	-	-	-
	<b>12.877</b>	<b>3.912</b>	<b>8.965</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Soma (Empresa)</b>	<b>107.701</b>	<b>4.808</b>	<b>49.541</b>	<b>19.026</b>	<b>34.326</b>
<b>Soma (Empregados)</b>	<b>5.805</b>	<b>2.125</b>	<b>3.680</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>113.506</b>	<b>6.933</b>	<b>53.221</b>	<b>19.026</b>	<b>34.326</b>

Sobre os valores vencidos o Grupo registra multa de 20% além de correção pelos índices previstos pela legislação.

*Programa de Regularização Tributária (PRT) MP 766/17 de 04 de janeiro de 2017.*

A administração está avaliando junto aos seus consultores jurídicos externos sua adesão para o ano de 2017, sendo assim parte do saldo deverá ser liquidado por meio desse programa do Governo. O prazo para o requerimento de adesão ao PRT se dará até o dia 31 de maio de 2017.

## 24 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Consolidado	
	2016	2015
Resultado plano de pensão – encerramento do plano (nota 19)	-	(11.671)
Crédito energia elétrica Mercado Livre	291	4.238
Outros	1.311	(151)
	<b>1.602</b>	<b>(7.584)</b>

## 25 Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais estão demonstradas a seguir:

	Consolidado	
	2016	2015
Salários e encargos sociais	124.204	136.088
Plano de participação nos resultados	8.167	14.664
Benefícios previstos em Lei	18.494	30.396
Benefícios adicionais	27	50
	<b>150.892</b>	<b>181.198</b>

### *Benefícios adicionais*

Além dos benefícios usuais previstos pela legislação trabalhista, o Grupo e suas controladas têm como prática conceder a seus empregados benefícios adicionais contratados de terceiros, tais como: assistência média, seguro de vida, transporte coletivo e alimentação, reembolso escolar, auxílio creche e reembolso de treinamentos.

### *Plano de participação nos resultados*

O Grupo e suas controladas possuem planos complementares de remuneração variável que considera o atendimento das metas estabelecidas:

- (i) Plano de participação nos resultados (PPR): o Grupo remunera seus colaboradores mediante participação nos resultados conforme acordo coletivo estabelecido entre o Grupo, comissão de empregados e o sindicato da categoria, que estabelece metas que são mensalmente aferidas e divulgadas. Este plano visa estimular o desenvolvimento e a produtividade, fornecendo oportunidades de ganhos financeiros e condições de efetiva participação nos resultados do Grupo.
- (ii) Plano de bônus adicional de participação nos resultados (PPR curto prazo): o Grupo bonifica ainda com quantidade de salários diferenciada os gestores e diretores do Grupo. A participação nos resultados devida aos colaboradores ocupantes destas funções é baseada em desempenhos (individual e do Grupo), de acordo com metas pré-estabelecidas.

## **26 Informações complementares dos fluxos de caixa**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Pagamentos durante os exercícios		
Juros	29.765	56.491
Transações que não envolvem desembolsos de caixa		
Adições ao imobilizado com capitalização de juros	1.661	3.300

O Grupo classifica os juros pagos como fluxo de caixa da atividade de financiamento.

## **27 Seguros (não auditado)**

O Grupo e suas controladas mantêm apólices de seguro de naturezas diversas, contratados com uma das principais seguradoras do país. Essas apólices foram definidas conforme o programa do grupo e levaram em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros contra riscos operacionais combinado com lucros cessantes, era R\$ 517.685 (R\$ 601.715 em 31 de dezembro de 2015), e R\$ 2.170 (R\$ 2.170 em 31 de dezembro de 2015) para responsabilidade civil.

O Grupo não está prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar nenhuma das apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.